

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

« C O C E P »

« ATA Nº 18/76 »

Aos dois dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e seis, às 14 horas, na Sala dos Conselhos Superiores, previamente convocada, foi realizada uma sessão do Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa da Universidade - Federal de Pelotas, presidida pelo Exmo. Sr. Prof. Alexandre A. Valério da Cunha, - Vice-Reitor da UFPel, com a presença dos seguintes conselheiros: Profs. Enilda Nauwels Peistauer, Sidney Rocha Castro, Antonina Zulema D'Avila Paixão, Yeda Machado - dos Santos, Eddo Mester, Fernán García Fernández, José Rodrigues Gomes Neto, Luiz Antonio - Gomes Veríssimo, Adolfo Amílcar Aracêide, Eduardo Allgayer Osório, Carlos Francis - co Bastling, Paulo Assumpção Osório, Algenor da Silva Gomes, Fernando Cépio da - Costa, Antonio Ernani Pinto da Silva Filho, Flávio Luís da Cunha Gestal, Carlos Al - berto de Souza Viança, Silvino Joaquim Lopes Neto, Gabriel Castro da Motta, e Vilma - Maria Viança. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, foi colocada em discussão a ata da sessão anterior, de nº 17/76, previamente distribuída, sendo solicitada pelo Prof. Paulo Assumpção Osório, a inserção em ata da declaração de voto relativa ao processo relatado pelo Sr. Presidente da Comissão de Concursos na última reunião do COCEP. Foi aprovada a solicitação e a declaração está vassada nos seguintes termos: - Solicitar ao Senhor Presidente e demais Membros do COCEP que seja inserida - em ata da reunião deste Conselho, realizada no último dia 13, a seguinte declaração - de voto, relativa ao processo oriundo da Comissão de Concursos da UFPel, relatado - pelo Sr. Presidente Prof. Gestão Coelho Pires Duarte. Trata-se da inscrição ao con - curso de habilitação à Livre Docência da Clínica Obstétrica do Departamento Materno - Infantil da unidade agregada Faculdade de Medicina de Pelotas, requerida pelo Prof. - Paulo Caspary Ribeiro. De acordo às normas em vigor cabe ao Conselho decidir sobre o - conteúdo, época, programa, provas, Comissão Examinadora, cuídos o Conselho De - partamental da Unidade e o Departamento a que pertença a disciplina ou disciplinas - para as que versará o concurso. Relatado o processo ficou constatado ter o Departe - mento e o Conselho Departamental excluído a prova prática do concurso em pauta. Co - ncluído o assunto em discussão e aprovação, foi meu ponto de vista derrótado na vota - ção realizada. Faço a presente declaração de voto com a responsabilidade de membro - da Comissão de Concursos e também na qualidade de único profissional da área médica - do COCEP. Fundamentam-se meus argumentos nos seguintes itens: 1 - Decreto - - Presidencial baixado em agosto de 75, no texto da lei nº 5.802/72 que disciplina a - realização de provas de habilitação à livre-docência estabelece que além da defesa - de tese e julgamento de títulos constarão provas escrita e didática e quando couber - prova prática. Ora, em se tratando de concurso, digo, no concurso em pauta - Clíni - ca Obstétrica - disciplina de indiscutível cunho prático, acho que suprimir prova - prática para a satisfatória avaliação do candidato constitui fato de indiscutível - - comprometimento para a Comissão Examinadora que possuirá somente condições de ap - reender os conhecimentos teóricos do mesmo, contrariando, também, o expresso no decre -

*Assinatura*



116  
Jul

de presidencial referido. 2 - A título complementar transcrevo o Art. 20 - Da Prova Prática - Capítulo VII - Das Normas de Concurso para Pessoal Docente na UFPEL, aprovadas pelo COCEP e homologadas pelo Conselho Universitário em reunião realizada em 02/04/1975. Diz o referido artigo: "a prova prática terá caráter reservado, sendo ser assistida pelos membros do Conselho Departamental e do Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa." É óbvio que em prova prática de Clínica Obstétrica sua realização será efetuada em caráter reservado, somente com a presença do paciente, do candidato e dos membros da Comissão Examinadora. Refiro o disposto no artigo porque um dos argumentos que mais pesou na decisão contrária a inclusão de prova prática foi a presença no recinto de componentes do Conselho Departamental e do COCEP. 3 - Em virtude do dispositivo legal considero irregular a realização da prova excluída, desde que o decreto não admite duas interpretações. A disciplina Clínica Obstétrica, como todas as disciplinas clínicas condiciona a obrigatoriedade de prova prática, segundo o texto de própria lei. 4 - No mesmo processo é indicada a Comissão Examinadora, participando meu nome da lista de recolhidos, na qualidade de membro titular. Como já assinalai no item 1, a Comissão só terá possibilidades de avaliar teoricamente o candidato, impossibilitando apreciar sua conduta no exame clínico, no diagnóstico, na indicação terapêutica e na possível execução de qualquer ato cirúrgico, se assim o exigir o caso concreto. Pelas razões aludidas não aceito a recolha de meu nome como participante da Comissão, lastimando ser forçado a negar colaboração a tão honroso convite, após minha longa carreira na vida registaral e minha participação em 22 concursos em várias universidades brasileiras autorizem-me a tomar esta atitude, em consonância com as diretrizes que sempre nortearam minha tomada de posição em todas as situações por mim enfrentadas. (ass) Paulo Assumpção Osório." O plenário acolheu a solicitação do Prof. Paulo Osório e sem mais restrições foi a ela aprovada pela unanimidade dos Conselheiros presentes. Antes da sequência da ordem do dia, a presidência disse querer registrar com muita satisfação a presença como novo membro do Conselho de Profª Yeda Machado Luz, que vem de substituir a Profª Miriam Louza Anselmo que prestou valiosa colaboração ao COCEP enquanto a ela pertencia. Disse a seguir o Prof. Alexandre Cunha que solicitava do Conselho, dada a importância que tinha o Magnífico Reitor em realizar reunião do Conselho Universitário, para aprovação das normas de avaliação e acompanhamento das atividades dos docentes em regime de 40 horas, - autorização para que o Prof. Silvino Lopes Neto fizesse o relato do assunto, alterando a sequência da Ordem do Dia. Com a palavra o Prof. Silvino Joaquim Lopes Neto disse que a Comissão Consultiva havia recebido diversas contribuições de diferentes unidades e órgãos da Universidade, e em seguida ao Projeto de Normas para Acompanhamento e avaliação das atividades dos docentes em regime de 40 horas. Procedeu ao relato das emendas e disse da posição tomada pela Comissão Consultiva em relação a cada uma delas. O Senhor Presidente da Comissão Consultiva procedeu a leitura das Normas, artigo por artigo, havendo o plenário debatido exaustivamente o assunto, com a apresentação de modificações que foram aprovadas, havendo, no final, sido aprovado o texto das Normas - definitivas, em definitivo, pela maioria dos Conselheiros presentes, cujo texto, - assim a integrar a presente ata, dele fazendo parte integrante e com a mesma importância na Secretaria dos Conselhos. A Presidência disse que ao término da reunião, já às 20 horas, queria reiterar, verbalmente, o que já havia feito por escrito ao ilustre Presidente da Comissão Consultiva, o registro do excelente trabalho desenvolvido pela Comissão, em termos das normas de que vai se valer a COPERT para avaliar o desempenho dos docentes em regime de 40 horas. A seguir o Prof. Fernando Osório da Costa disse querer registrar que a ausência da Profª Maria do Carmo Antunesbutti se deve ao fato de a mesma não se encontrar na cidade, viajando a serviço da Pós-Graduação. A Presidência suspendeu a reunião, que será reiniciada às 8 horas do dia 3 de junho de 1976. Agradeceu a comparencia de todos. Resbatos de trabalhos na hora e dia eprezados, foi de imediato, pela Presidência concedido

Ata de reunião.  
Ass. de Silva



107

a palavra ao Prof. Gastão Coelho Pires Duarte, Presidente da Comissão de Concursos, para relatar os processos de inscrição aos concursos para professores assistentes, - os deverão ser homologados pelo COCEP. Com a palavra, o Prof. Gastão Duarte disse que solicitava licença para relatar, inicialmente, dois pedidos de inscrição e cancelamento de professor assistente, que vieram como recurso ao COCEP já que as inscrições são requeridas fora do prazo. São requerentes o Prof. Apody Almeida de Oliveira e o médico veterinário Sebastião Gonçalves Fagundes. Disse que a Comissão examinou os pedidos e apresenta o seguinte parecer: "Senhor Presidente do COCEP, Prof. Alexandre Eliseu Valério de Cunha. Em cumprimento aos despachos expedidos por Vossa Excelência nos processos da n.ºs 3413 e 3414, datados de 26 do corrente, tendo como requerentes o Auxiliar de Ensino Apody Almeida de Oliveira e o médico veterinário Sebastião Gonçalves Fagundes, respectivamente, solicito seja denominada nove data para inscrição no concurso para Professor Assistente, já que o primeiro alega estar com sua esposa hospitalizada e o segundo por ter sido informado verbalmente que o prazo de inscrição terminaria dia 26, próximo parando. A Comissão de Concursos, apesar de apreciar as razões expostas pelos requerentes, não tem nem poderia ter competência, para dilatar o prazo ou reabrir novas inscrições, já que, determine o Edital de concurso, publicado na imprensa local e no Diário Oficial da União, o prazo de inscrição seria de 60 dias a contar da data de publicação no órgão oficial, conforme determina o próprio regimento da Universidade. É nesse parecer, s.m.j., que, conforme determina a Lei n.º 182, de 14.12.74, e qual faculta, durante três anos a partir da publicação, aos Auxiliares de Ensino que naquela data tenham três anos de estágio probatório inscrever-se ao concurso de professor assistente, e, como presente a este, serão absorvidos aoante 50% das vagas, os requerentes poderão, uma vez publicado o futuro edital, para as demais 40% das vagas, realizar suas pretendidas inscrições." Na discussão o parecer da Comissão de Concursos, foi aprovado por unanimidade e sem restrições. A seguir, passou à análise das inscrições aos concursos para professor assistente. Disse que todos os processos em poder da Comissão e que foram encaminhados pela FAEM, pela Faculdade de Direito e pela Faculdade de Odontologia, - foram já aprovados pelos respectivos Conselhos Departamentais, cabendo, agora, de acordo com as normas regimentais e as normas de concurso, ao COCEP homologar as inscrições feitas pelos conselhos Departamentais. Passou, inci, digo, inicialmente, a relatar os processos recebidos da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel: Proc. 3341, - Departamento de Nutrição e Alimentos. Candidato: Vilma Ávila Viana. Aprovado. Proc. 3342, Departamento de Nutrição e Alimentos. Candidato: Maria Nancy Candia Gonçalves. Aprovado. Proc. 3343, Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal. Candidato: Pedro - Luis Antunes. Aprovado. Proc. 3309 - Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal. Candidato: José Antonio Candidato Duarte da Silva, digo, foi relatado o proc. 3360, em que o candidato Aldenyr Barreira Bilhelva, disc. Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal. Aprovado. Proc. 3309, - Tecnologia de Produtos de Origem Animal. Candidato José Antonio Candidato Duarte da Silva. Aprovado. Proc. 3233 - Puericultura. Candidato Tânia Barcellos Chaves. Quanto a este processo, a Comissão não concordou com a indicação dos Profs. Simão Halpern e Ary Bertoni, por não conhecer a titulação do candidato que pertence à Faculdade de Medicina, agregada à UFPel. Pediu a palavra o Prof. Guido Koster, dizendo que a titulação dos mesmos é de Professor Assistente, - na Faculdade de Medicina. E, se essa titulação não fosse aceita, restava ainda a possibilidade de serem convidados como elementos de fora da Universidade, no qual caso de especialistas no assunto. O Prof. Paulo Cárrio pediu a palavra, dizendo que, como membro da Comissão de Concursos, havia também levantado a preliminar referida pelo Prof. Gastão Coelho Pires Duarte, por lhe parecer que no primeiro lugar deveriam ser convidados professores de Universidade, citando que no caso concreto, existia um professor titular de Fisiologia, que é também professor da disciplina em concurso, na Faculdade de Medicina, que é o Prof. Guilherme Prociency. Disse que os professores indicados como integrantes da Banca, são professores assistentes na Faculdade de Medicina, mas não concursados e são indicados de acordo com o regimento daquela Faculdade, fugindo sua indicação às normas de concurso instituídas pela Uni-

*[Handwritten signature]*



118  
Jus

versidade. Voltando a usar da palavra, o Prof. Guido Kster disse que restava ainda a segunda alternativa que havia citado, de que os mesmos fossem convidados como especialistas no assunto e que, se essa alternativa não fosse aceita pelo conselho, a Banca seria reformulada, sem problema algum. O Prof. Silvino Joaquim Lopes Neto disse que achava muito bem ponderada a intervenção do Prof. Paulo Osório, pois o conhecimento dos professores assistentes nesta qualidade, da Faculdade de Medicina, poderia ter implicações futuras muito sérias, já que o caminho natural da Faculdade de Medicina será a de completa integração na Universidade e, um dos aspectos que se tornam de difícil solução na oportunidade é o do reconhecimento da titulação dos professores, pois poderia se estabelecer a situação curiosa de estar sendo feita uma seleção de exigências ao corpo docente da UFPel, quando poderia ser aceita depois, professores titulares, adjuntos e assistentes que nunca tivessem feito qualquer concurso. Disse que neste aspecto, havia que se andar com muita serenidade, para que não fosse fixado de princípio e agora, algo que de futuro vinha a trazer dificuldades ao caráter administrativo para a Universidade. Disse ser também inteligente a observação, digo, observação do Prof. Paulo Osório, de indicar o nome do Prof. Guilherme Prociency, pois não entendia que fosse buscado um especialista de fora da Universidade, quando nesta existe um professor titular altamente qualificado e plenamente dedicado com a disciplina em concurso. O Prof. Guido Kster disse estar plenamente de acordo com as ponderações dos Profs. Paulo Osório e Silvino Lopes Neto, e pediu a retirada do processo da pauta para que o mesmo retornasse à FAEM a fim de que fosse reformulada a Banca Examinadora. O Prof. Gastão Coelho Pires Duarte pediu ao secretário que o processo fosse considerado aprovado, para não prejudicar a interesse, desde uma vez que fosse indicado o nome sugerido pelo Prof. Paulo Osório, pelo Conselho Departamental. Aprovado. Proc. 3239 - Departamento de Engenharia Rural. Candidato: Álvaro de Silva Mayo. Aprovado. Proc. 3350 - Mesmo departamento. Candidato: Ubirajara Fernando Galli. Aprovado. Proc. 3361. Disciplina: Construção Rural. Candidato: João Geraldo Cozerolli. Aprovado. Proc. 3361. Engenharia de Conservação de Solos. Candidato: Joaquim Lullier da Cunha. Aprovado. Proc. 3103. Irrigação e Drenagem. Candidato: Jau Paulo Goulart. Aprovado. Proc. 3249. Ovinos, Caprinos Equinos. Candidato: José Luiz Guerreiro. Aprovado. Proc. 3302. Produção e Manejo de Passagens. Candidato: Pedro de Lima Marks. Aprovado. Proc. 3250. Zootecnia de Bovinos. Candidato: Pedro Osório de Conceição Jardim. Aprovado. Proc. 3168. Suínos e Aves. Candidato: José Viriato da Silva Farias. Aprovado. Proc. 3296. Melhoramento Animal. Candidato: Carlos Francisco de Moraes Nautzling. Aprovado. Proc. 3118. Introdução à Zootecnia e Ecologia Animal. Candidato: Laudo Azambuja Nunes. Aprovado. Proc. 3248. Ecologia Animal. Candidato: Narciso Isabelão. Aprovado. Proc. 3194. Sociologia Rural. Candidato: José de Costa Fróes. Aprovado. Proc. 3352. Sociologia Rural. Candidato: Luiza Helena Falkenberg Rausch. Aprovado. Proc. em que é requerente Eduardo Hilgeyer Osório. Disciplina: Melhoramento de Plantas. Aprovado. Proc. 3303. Melhoramento Rural. Candidato: Antonio Ernani Pinto da Silva Filho. Aprovado. Proc. 3355. Produção e Melhoramento de Cereais. Candidato: Flávio Luís da Cunha Gestal. Aprovado. Proc. 3130. Produção e Melhoramento de Sementes. Candidato: Antonio Carlos Souza Albuquerque Barros. Aprovado. Proc. 2946. Produção e Melhoramento de Leguminosas. Candidato: Paulo Fernando Burlamaqui. Aprovado. Proc. 2040. Olericultura. Candidato: Gilda Pinheiro Nunes. Aprovado. Proc. em que é requerente Marco Antonio das Noguez. Disciplina: Fitopatologia. Aprovado. Proc. 3313. Entomologia. Candidato: Henrique Salazar Caveno. Aprovado. Proc. 3265. Física do Solo. Candidato: Algencir de Silva Gomes. Aprovado. Proc. 3242. Fertilidade do Solo. Candidato: Antonio Carlos Torres Vianna. Aprovado. Proc. 3165. Nutrição de Plantas. Candidato: Jorge Luiz Brauer. Aprovado. Processos oriundos da Faculdade de Direito, encaminhados pelo Diretor, Prof. Vitalino Trindade Dias, e devidamente aprovados pelo Conselho Departamental. Proc. 2726 - Direito Constitucional. Candidato: Nailé Russomano de Mendonça Lima. Aprovado. Proc. 3300. Introdução à Ciência do Direito. Candidato: Mario Persi

.....  
N. da Silva



169  
Jul.

em Lima, Aprovado, Proc. 3191, Direito Internacional Privado, Candidato: Aldyr Garcia Schies, Aprovado, Proc. 3190, Direito Internacional Privado, Candidato: Gilberto Medrado, Aprovado, Proc. 3299, Introdução à Ciência do Direito, Candidato: Ceres Begler Pereira Lima, Aprovado, Proc. 3301, Direito Comercial, Candidato: Fernando Alves da Silva Filho, Aprovado, Proc. 3279, Direito Processual Civil, Candidato: Ruy Sallares, Aprovado, Proc. 3354, Direito Civil, Candidato: José Gilberto da Cunha Gastal, Aprovado, Proc. 3280, Direito Civil, Candidato: José Francisco Siqueira Diniz, Aprovado, Processos enviados pela Faculdade de Odontologia, devidamente aprovados pelo Conselho Departamental, Proc. 3253, Ortodontia, Candidato: Vânia Pereira da Cruz, Aprovado, Proc. 3297, Ortodontia, Candidato: Elirio Pessas de Oliveira, Aprovado, - Proc. em que é requerente Cirlecy Fonseca Banitoz, Disciplina: Odontopediatria, Aprovado, Proc. 3240, Endodontia, Candidato: Luiz Carlos Mastorda Cavado, - Aprovado, Proc. 3298, Radiologia, Candidato: Imela Johanna Hofmeister, Aprovado, - Proc. 3307, Prótese Total I e II, Candidato: José Carlos Maciel da Silva, Aprovado, Proc. 3236, Prótese Total I e II, Candidato: Luiz Fernando Alves Pereira Gastal, - Aprovado, Proc. 3187, Prótese Total I e II, Candidato: Yoda Belmonte Mascarenhas, - Aprovado, Proc. 3247, Prótese Parcial I e II, Candidato: Jorge Telles Burkert, Aprovado, Proc. 3245, Prótese Parcial I e II, Candidato: João Arthur Amarel da Silva, - Aprovado, Proc. 3148, Dentística Operatória I e II, Candidato: Leon Libis, Aprovado, O Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte disse que estes eram os processos que lhe cabia relatar, pois foram os recebidos pela Comissão de Concursos até o momento. O Prof. Silvino Joaquim Lopes Neto disse querer fazer uma consulta ainda com a presença do Presidente da Comissão de Concursos. No caso de existir em uma Banca Examinadora um professor assistente, um adjunto e um titular, a quem caberia a presidência da Banca? O Regimento diz caber a presidência ao professor mais antigo na carreira de magistrário. Perguntava-se a esse ora a interpretação do COCEP, O consenso geral foi pela interpretação de que o correto era a forma pe, digo, preconizada pelo Regimento: o professor mais antigo na carreira de magistrário, desde que não participasse da Banca o Diretor da Unidade, quando, então, a este caberia a Presidência, e assim, quando se tratar de Coordenador de Curso. O Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte disse que em mais de 20 bancas em que já participou, de concursos para professor titular e de livre docência, a presidência da Banca sempre coube ao Docente da Universidade onde estiver sendo realizado o concurso, mais antigo na carreira de magistrário, pela razão de este estar mais entrosado com a mecânica e normas ditadas pelos órgãos superiores da Universidade. O Prof. Guido Kester disse estar de pleno acordo com o que foi dito pelo Prof. Gastão Duarte. O Prof. Silvino Joaquim Lopes Neto pediu a palavra, dizendo que desejava registrar sua preocupação em relação aos termos em que está redigido o Edital de concurso, que sabia não fora redigido pela Comissão de Concursos, citando dois problemas que poderiam se tornar sérios de futuro. - Contre o Regimento, os programas não constam do Edital. Disse que se poderia obviar essa dificuldade, declarando que o Edital se refere a programas e que as mesmas estão à disposição dos interessados, o que é muito acessível aos interessados - de áreas de Pelotas, mas, aos que fossem de fora da cidade, a situação já seria de lamentações para esses candidatos. Disse compreender as razões que determinaram as inserções dos programas nos editais, razão obviamente de caráter econômico financeiro. Mas, não estava o Edital plenamente ajustado aos termos do Regimento Geral. Disse ainda que, por outro lado, no próprio Edital, no item 07. 0701, fala-se de posse de títulos e que, ali, entre parêntesis, desnecessariamente, aparece a seguinte expressão: "sendo computados somente os títulos relacionados diretamente com o curso de conhecimento em causa", o que é completamente despropositado em função dos termos do Regimento. Disse que assim, se julgavam os títulos com a Comissão se sustentando pelo Regimento mas o candidato querendo que se orientassem pelo Edital, e os candidatos de fora não têm obrigação de conhecer o Regimento Geral da Universidade. "Em que situação ficaríamos?" Como poderia ser evitado que os candidatos se rebelassem contra essa situação? O Prof. Guido Kester sugeriu que para que se evitassem essas situações de futuro, todos os editais, antes de serem publicados, fossem examinados pela Comissão de Concursos para que esta os examinasse. Pediu a palavra a



120  
out

seguir o Prof. Carlos Francisco de Moraes Neutzing, dizendo querer fazer consulta sobre novo assunto, mas que também diz respeito aos concursos na Universidade. Tratou-se de uma dúvida que achava bastante séria, que é a de que muitos docentes com condições para realizar concurso para professor adjunto, se inscreveram no concurso para professor assistente. Referiu que no art. 107, inciso III do Regimento Geral da Universidade, está registrado que: "O título de Doutor obtido em curso credenciado, assegura direito a inscrição para provimento de qualquer cargo ou função na carreira do magistério". O art. 227, inciso I, diz: "O direito a novo concurso de progressão na carreira do magistério, após o prazo de 3 anos, digo, após o término do prazo de 3 anos, após o último concurso". Disse que se não for esclarecido este assunto, poderão surgir prejuízos sérios a alguns candidatos ao concurso para professor adjunto, já que muitos deles estão inscritos, também, para professor assistente e a maioria com o título de doutor ou livre-docente. O Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte pediu a palavra como Presidente da Comissão de Concursos, dizendo que a interpretação que está sendo dada até o momento e a orientação que tem sido dada é a seguinte: A única condição que facilita ao candidato a se inscrever a qualquer cargo da carreira do magistério é o título de Doutor por docência livre, mas ao receber este título, não faz parte da carreira do magistério, não estando, por isso, obrigado a cumprir o Regimento que dá um interregno de três anos entre um concurso e outro. O assistente que tem o título de Doutor, já faz parte da carreira do magistério, não tem a faculdade de se candidatar a qualquer cargo da carreira do magistério, sem cumprir a determinação Regimental que obriga a um intervalo de três anos entre um e outro concurso. O plenário discutiu o assunto, havendo o Prof. Silvino Lopes Neto dito que se tratava apenas de uma questão de exigibilidade de direito. O direito a concurso para professor adjunto passa a ser exigível, a Universidade, depois de três anos, não tendo esta condição de negar-se. Não impede, entretanto, que a própria Universidade, antes desse prazo, abra o concurso. O que não pode é haver coação para que a Universidade abra o concurso antes de decorrido o prazo de três anos. Disse ser esta a interpretação que dava ao dispositivo do Regimental. O Prof. Fernando Célio de Costa disse que outro problema que se refere ao concurso, é o de que uma das exigências para inscrição ao concurso de professor assistente, é o período probatório ou o título de mestre em curso credenciado. Disse que um grande número de professores da área agrária da UFPel concluiu um curso de mestrado na pós-graduação da UFPel que não é, ainda, credenciada. Perguntava se o COGEF reconheceria como válida essa titulação. Disse a presidência saber que não padece dúvida quanto a isso, já que é exigência do CFE que somente após dois anos de funcionamento poderá o curso ser credenciado e que a Universidade deverá reconhecer como válido o título que ela mesma confere. O Senhor Presidente, face o adiantado da hora, suspendeu a sessão, que terá sequência na próxima quarta-feira, dia 9 do corrente, às 9 horas, ficando todos os senhores conselheiros convocados. Reabertos os trabalhos no dia e hora aprezados, o Senhor Presidente passou de imediato a palavra ao Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte, Presidente da Comissão de Concursos da Universidade. O Prof. Guido Kaster pediu a palavra para justificar as ausências dos conselheiros Antonio Ernani Pinto da Silva Filho e Ricardo Allgeyer Geórgio que estão prestando provas no concurso para professor assistente. Com a palavra o Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte passou a relatar os processos de inscrição ao concurso para professor assistente, em poder da comissão até a data. Inicialmente relatou os processos oriundos da Faculdade de Veterinária, encaminhados por ofício do Diretor daquela Faculdade, Prof. Ory Antunes da Silva, e devidamente aprovados pelo Conselho Departamental. Proc. 2729. Antonio Lucas Moreira - Aprovado. Proc. 3127 - Antonio Fernando Hecker Zambrano. Aprovado. Proc. 3227 - Caioer Paulo de Almeida Sampaio. Aprovado. Proc. 3236 - José Carlos Padilha Pinto. Aprovado. Proc. 3186 - Cláudio Alves Pimentel. Aprovado. Proc. 3353 - Marco Antonio de Jesus Rausch. Aprovado. Proc. 3162 - Daniel de Souza Soares Bassier. - Aprovado. Proc. 3360 - Adolfo Amílcar Aranaide. Aprovado. A seguir foram relatados

M. de S. P. S.



121  
jul

os processos do Instituto de Letras e Artes, encaminhados por seu Diretor, Professor Paulo Assumpção Osório e devidamente aprovados pelo respectivo Conselho Departamen-  
tal. Proc. 2833 - Guido Gilberto Fernandes, Aprovado. Proc. 2889, Antonina Zulema Gó-  
lla Paixão, Aprovado. Proc. 2839, Maria Leda Vernetti dos Santos, Aprovado. Disse o  
Senhor Presidente da Comissão de Concursos, Prof. Gastão Donlho Puraça Duarte sobre  
estes os processos que até o momento chegaram à Comissão e, tão pronto sejam os de-  
mais processos encaminhados proceder-se ao relato dos mesmos na próxima reunião do CC  
EP. O Senhor Presidente disse que em razão da necessidade de homologação de todos  
os processos de inscrição ao concurso de Professor Assistente, propunha que a sessão  
continuasse em caráter permanente para que as próximas sessões do Conselho fossem re-  
unidas com mais presteza. Aprovado. A Presidência, a seguir, passou a palavra ao  
Prof. Fernando Côprio de Costa, Presidente da Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa,  
para que procedesse ao relato dos processos em poder da Comissão. Foi abordado, ini-  
cialmente o Proc. nº 1986/76 em que é requerente o Dr. Ney Guimarães Machado que en-  
viava anteprojeto do Curso de Especialização sobre Teoria e Aplicação da Psicologia  
- da Profunda. Disse que relataria o processo em partes, pelas peculiaridades que o  
mesmo apresenta, e para que se formasse um consenso dentro do CCEP, por lhe parecer  
ser o processo relevante e com implicações colaterais que advirão do mesmo. Procedeu  
à leitura do ofício inicialmente endereçado ao Magnífico Reitor pelo Dr. Ney Guima-  
rães Machado, que capeava o referido anteprojeto, com o conteúdo programático do cur-  
so e os currículos dos professores que ministrariam o Curso. Foi o processo despatcha-  
do, inicialmente, para o Departamento de Educação que disse reconhecer a validade do  
curso, mas, que o mesmo não cabia na estrutura e dinâmica do Departamento de Educa-  
ção, sendo de parecer contrário a que o mesmo se situasse no DE. O Processo foi en-  
viamado ao Sr. Diretor do Instituto de Ciências Humanas, que emitiu, no pro-  
prio, o seguinte parecer: "Magnífico Reitor. Será de grande alcance cultural a rea-  
lização do curso de especialização sobre Teoria e Aplicação de Psicologia Profunda -  
no Instituto de Ciências Humanas, uma vez que, no Departamento de Ciências Sociais o  
filosofia está lotada a disciplina de Psicologia. Contudo, peço vênha a Vossa Magni-  
ficência para ponderar que o tema científico a ser desenvolvido no curso em referên-  
cia, poderá ter melhor adaptação na Faculdade de Medicina, ass) Prof. Alveicyr de Fe-  
rreira Galleres." O Prof. Delfin Mendes Silveira encaminhou então o processo à Faculdade  
de Medicina, havendo o Diretor, Prof. Naum Keiserman, emitido o seguinte parecer:  
"Verificando o presente processo, verificamos tratar-se de proposta de um grupo de mé-  
dicos sediados no exterior e que se propõe a ministrar o curso em fins de semana e  
na denominação "Psicologia Profunda", destinado a pessoas de profissões diversas, com  
tempo de dois anos. Na verdade, a denominação escolhida: Psicologia Profunda, cons-  
titui-se num eufemismo, já que o programa apresentado é de formação psicanalítica. -  
Não é possível admitir formação psicanalítica em curso de extensão, ainda que se di-  
stinga somente a médicos em cursos de fins de semana. Por outro lado, o concluinte  
deste curso, munido de programa proposto e certificado ou diploma fornecido pela Uni-  
versidade, seguramente se arvoraria no direito de exercer a clínica, criando para a  
sociedade, sério problema perante o Conselho Federal de Educação. Pelo exame da pro-  
posta, verifica-se, ainda, tratar-se de uma iniciativa com evidente finalidade lucra-  
tiva. Se face das considerações acima, somos de opinião, s.m.j., não devesse a Universi-  
dade patrocinar o curso proposto. Havendo interesse da Universidade na realização de  
curso de extensão na área da Psicologia, poderia o mesmo ser ditado por professores  
locais eventualmente complementados por docentes de Porto Alegre, com programa total-  
mente reformulado, sem necessidade de recorrer a elementos do exterior. O curso, as-  
sim programado, seria de custo bem mais reduzido. Ass) Naum Keiserman." O magnífico  
reitor, por sua vez, emitiu o seguinte parecer: "O presente processo de origem verbal que se foi feita em março próximo passado e após reduzido a termo -  
com uma juntada de programas e currículos de especialistas no assunto. É evidente -  
que a Universidade está sempre aberta a sugestões e propostas, todas recebidas e an-  
alisadas com a seriedade própria do mundo universitário. Assim, o assunto contido nes-

Ata da reunião



124

as páginas foi submetido à consideração dos setores mais indicados, para seu conhecimento e apreciação. Em primeiro lugar foi remetido ao Departamento de Educação que se manifestar sobre o mérito, através de seu representante, julgou a proposta fora de seu âmbito de ação. Após, foi encaminhado ao Instituto de Ciências Humanas que entendeu, por seu Diretor, ser de alta relevância a iniciativa, mas julgando que se deveria ouvir a Faculdade de Medicina. Esta, por seu Diretor, pronunciou-se contrariamente, expondo suas razões por escrito. Nos termos do Estatuto e do Regimento Geral, e em face dos pronunciamentos, o processo deverá tramitar pelo Conselho Coordenador do Ensino e Pesquisa, e o Conselho Universitário. Posteriormente, a Presidência do CCEP encaminhou o processo à Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa, havendo esta emitido o seguinte parecer: "As razões apresentadas pela Profª Circe Cunha, Chefe do Departamento de Educação e Prof. Alvacyr de Faria Collares, Diretor do Instituto de Ciências Humanas são plenamente justificáveis, devendo o oferecimento ser feito pela Faculdade de Medicina, no Departamento afim. Pelas razões expostas, deverá ser considerado o parecer do Diretor da Faculdade de Medicina, unidade que deverá ter a responsabilidade do oferecimento e expedição do atestado. Considerando o parecer do Diretor da Faculdade de Medicina, que a Universidade não deve patrocinar o curso proposto; considerando que apenas o nome da Universidade deverá ser utilizado, já que as despesas deverão ser cobertas por recursos próprios; considerando que informações colhidas por membro desta Comissão de que um curso está em andamento, em caráter privado, por um conjunto de médicos locais, associados a médicos argentinos incluídos neste processo; considerando que o presente programa está sendo oferecido em curso anteriormente citado, a pessoas sem qualquer habilitação em medicina ou psicologia, apenas mediante o pagamento de 300,00 para inscrição; considerando por outro lado que qualquer professor estrangeiro, para ministrar curso regular de graduação ou de pós-graduação teria de ter sua indicação aprovada por todos os órgãos colegiados da UFPel, sugerimos que o mesmo baixe em diligência ao Departamento correspondente da Faculdade de Medicina, para, se julgar conveniente, obedecidos, digo, obedecer os trâmites legais da Universidade Federal de Pelotas, no funcionamento de curso de pós-graduação e para esclarecimento do tipo de pessoas que receberão o curso, programação do curso a ser apresentada dentro das normas dos cursos de pós-graduação da UFPel e os respectivos calendário, carga horária das disciplinas e periodicidade de oferecimento, para esta comissão poder formar juízo. É o parecer, s.m.j." Aprovado o parecer da Comissão. - Passou e divulgar, a seguir, processo oriundo da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, que contém projeto de pesquisa - Estudo da Segregação de Alguns Caracteres Fenotípicos em Pessegueiro - de Antonio Augusto Fonseca Ferreira, - do Departamento de Fitotecnia. Disse o que havia ocorrido com o processo: quando se baixou em diligência, ocorreu que o projeto apresentado se constituía em assunto de pesquisa para dissertação em concurso de mestrado. Quando o processo concluiu todos os trâmites, a dissertação já havia sido defendida e a pesquisa estava concluída. Foi emitido, então, pela Comissão o seguinte parecer: "Considerando ser o presente processo trabalho de dissertação do Curso de Pós-Graduação de Fruticultura de Clima Temperado da UFPel, que já foi defendido e aprovado, tendo tramitação pela Coordenação daqueles Cursos; considerando que o requerente encaminhará novo projeto de pesquisa, somos de parecer que o processo seja arquivado nesta Comissão, e que seja o professor informado para enviar novo projeto, pois se não estará a descoberto quanto à exigência de realizar trabalho de pesquisa, pelo seu regime de trabalho." Aprovado o parecer da Comissão. Proc. 6613 - Warner L'udder, Jorge de Luz Cassal e Carlos - Westling, da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel - Projeto de Pesquisa: Efeitos de Diferentes Épocas de Cobertura, sobre a eficiência do rebanho leiteiro em Pelotas. - Passa e diligência, justificando a suspensão temporária do presente projeto, somos de parecer que o mesmo deverá aguardar o retorno do responsável para sua apresentação, talvez com alterações. É o nosso parecer, salvo melhor juízo. Aprovado o parecer. -

W. L'udder



123  
Jul

Proc. 6633 - Cirlacy Fonseca Benites, da Faculdade de Odontologia. Projeto de Pesquisa - Contribuição e estudo de influência dos aparelhos ortopédicos removíveis, sobre o número de lactobacilos orais e Ph bucal. Parecer: "Considerando que esse trabalho refere-se a pesquisas já efetuadas e concluídas em 1975 na cidade de Araraquara, não entendemos porque aprovar um projeto de pesquisa concluído fora da UFPA. É este o nosso parecer, salvo melhor juízo." Aprovado o parecer do relator. Disse o Prof. - Fernando Cáprio da Costa serem estes os processos que estavam em poder da Comissão, para relatar. A Presidência disse não ter mais nenhum assunto na ordem do dia de hoje, e colocou a palavra à disposição do plenário. Como ninguém dela quizesse fazer uso, suspendeu a sessão, que em caráter permanente, voltará a ser iniciada em dia e hora que serão comunicados aos senhores conselheiros. A próxima reunião ficou marcada para o dia 7 de julho às 9 horas, sendo todos os senhores conselheiros convocados por escrito. No dia e hora aprazADO, digo, aprazados, foram reiniciados os trabalhos, havendo a presidência passado de imediato a palavra ao Prof. Sidney Rocha Castro, - Presidente da Comissão de Graduação, que abordou, inicialmente, o processo de nº.... 3669/76 - Curso de Arquitetura e Urbanismo solicita autorização para oferecimento das disciplinas "Introdução ao Urbanismo" e Planejamento Urbano e Regional I, em época - e regime especial. Parecer do relator: "Senhor Presidente. Em face da exposição de motivos do Colegiado de Curso de Arquitetura e Urbanismo, entendemos ser procedente a solicitação que faz. Nosso parecer, portanto, é pela homologação, já que, uma vez aprovada a oferta de disciplinas pelo Colegiado de Curso (art. 125 - item XI do Regimento Geral) justifica-se plenamente a época especial, pela total impossibilidade de oferecimento em época normal. Por outro lado, embora não esteja expresso no presente expediente, chamamos a atenção da obrigatoriedade do cumprimento, no prazo proposto, da carga horária regular da disciplina e a integralização dos créditos exigidos. Pelotas, 06.07.76 - Sidney Rocha Castro". Aprovado o parecer do relator. Proc. 3668/76 Projeto de Regimento de Instituto de Letras e Artes - Parecer: Que o Projeto está - plenamente amparado no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade e regulamenta, - no âmbito de sua capacitação os demais critérios de ensino e de administração do ILA. Por este motivo, s.m.j., é pela homologação e encaminhamento ao Conselho Universitário, segundo norma Regimental. Aprovado o parecer do relator. Proc. 3888 - Currículo dos Cursos de Educação Artística. Parecer: Os Currículos do Curso de Licenciatura em Educação Artística apresentados ao julgamento do COCEF, em relação ao anteriormente aprovado, difere apenas quanto à denominação de algumas disciplinas que entretanto - não tiveram alterada sua carga horária ou conteúdo programático. Em consequência, não difere do anterior no seu conteúdo fundamental, razão pela qual, emitimos parecer favorável à sua aprovação. Em 6.7.76. Prof. Sidney Rocha Castro - Presidente da Comissão de Graduação." Aprovado o parecer do relator. Proc. 4235/76 - Colegiado de Curso de Licenciatura em Educação Artística, Graduação em Instrumentos, Canto e Licenciatura em Música, solicita autorização para recuperar disciplinas. Parecer: "Em face da exposição de motivos do Colegiado de Cursos de Licenciatura em Educação Artísticas e Graduação em Instrumentos, Canto e Licenciatura em Música, entendemos ser procedente a solicitação que faz. Nosso parecer, portanto, é pela homologação, já que, uma vez aprovada a oferta de disciplinas pelo Colegiado de Curso, Art. 125 - item XI do Regimento Geral, justifica-se, plenamente, a época especial pela total impossibilidade de oferecimento em época normal. Em 6.7.76. Prof. Sidney Rocha Castro - Presidente da Comissão de Graduação". Aprovado o parecer do relator. Proc. 7897/76 -, digo, Processo nº 2978 e 3025/76. Dos Diretores da Faculdade de Ciências Domésticas e da Faculdade de Veterinária, ambos solicitando época especial para o oferecimento das disciplinas. Parecer quanto ao Proc. 2978: "A Comissão de Graduação encampa integralmente os pareceres do Colegiado de Curso e do Conselho Departamental da Faculdade de Ciências Domésticas. Aprovado o parecer do relator. Parecer ao proc. 3025: "Somos de parecer que deva ser homologada a solicitação do Prof. Ory Silveira. Prof. Sidney Rocha Castro - Presidente da Comissão de Graduação." - Aprovado o parecer do relator.

*[Handwritten signature]*



124  
Gaul

Proc. 4235/75 - O Diretor do Instituto de Letras e Artes, Prof. Paulo Assumpção Osório, solicita sua contratação pela UFPel, como Professor Titular. Parecer do relator: "Origina-se o presente processo do Ofício nº 57/75 do Professor Paulo Assumpção Osório ao Magnífico Reitor, consultando sobre a possibilidade de sua contratação como Professor Titular, já que é o único Diretor de Unidade da UFPel, sem vínculo docente. Encaminhado ao COCEP pelo Magnífico Reitor, com prévio parecer do Assessor Jurídico, anexo ao presente, foi despachado pela Presidência, chegando às nossas mãos, para o devido parecer. Parece-nos, a princípio, que dois são os aspectos a considerar: 1. Possibilidade legal da contratação, em face à legislação trabalhista; 2. Mérito da solicitação. Quanto ao primeiro item, em face ao já mencionado parecer, muito bem fundamentado e enfocado em muita propriedade a pretensão do requerente frente à legislação vigente, não há óbice à sua pretensão. É pois, possível a contratação pretendida. Mais ainda, salienta o ilustre Assessor Jurídico de nossa Universidade, a particularidade da situação do Prof. Paulo Assumpção Osório, já que o mesmo, ao se aposentar, possuía titulação igual a que ora requer, obtida em Universidade Federal e em Unidade que passou a integrar o complexo UFPel. Justo, parece-nos, que pleiteie, agora, sua contratação, na mesma Universidade, em consonância com a titulação que possui, pois, evidentemente, a aposentadoria não afetou seus conhecimentos e anulou sua titulação, a ponto de justificar sua contratação em caráter probatório como Auxiliar de Ensino. Não fará, entendemos, esta concessão, uma abertura ampla para futuras solicitações, mas sim o reconhecimento de uma situação "sui generis" amparada por lei e referendada no mérito. Quanto ao segundo item, pareceria constrangedor que avaliássemos o mérito de sua solicitação, mas não o é. Antes de Constranger, honra a nos coloca a vontade para fazê-lo, pois é muito fácil julgar no mérito quem foi mestre e exemplo, julgar uma vida e uma obra toda dedicada ao ensino e ao trabalho, reconhecido no país e no exterior. Acompanhamos integralmente o parecer do ilustre Assessor Jurídico, pois reconhecer como válida sua pretensão é o mínimo que lhe podemos oferecer. É este o nosso parecer, S.M.J. Pelotas, 06 de julho de 1976. Prof. Sidney Rocha Castro." - O parecer do relator foi aprovado pelo plenário, com a abstenção do Prof. Paulo Assumpção Osório.] Disse o senhor Presidente da Comissão de Graduação, serem estas os processos que lhe cabia relatar. O Prof. Alexandre Valério da Cunha a seguir passou a palavra ao Presidente da Comissão Especial de Concursos da Universidade, Prof. Gastão Coelho Pires Duarte, para que relatasse os processos em poder daquela Comissão. Passou o mesmo a relatar, inicial e simultaneamente, os processos de nºs 3314, 3315 e 3316, por serem todos do Departamento de Educação, revendo assim, essa possibilidade. O Prof. Sidney Rocha Castro solicitou ao Professor Gastão Duarte que lhe possibilitasse, antes de que a Comissão de Concursos procedesse ao relato de seus processos, fosse enfocado um processo oriundo da Escola Superior de Educação Física, ontem chegado à Comissão de Graduação, resmetido pelo Prof. Silvino Joaquim Lopes Neto em regime de urgência, e solicitou permissão de que o próprio interessado fizesse o relato do assunto que seria apreciado pelo plenário. Foi concedida a palavra ao Prof. Silvino Lopes Neto, disse que desde sua estruturação, a Escola Superior de Educação Física possui três departamentos - O Departamento de Ginástica, Departamento de Desportos e Departamento de Saúde e Aplicação. Disse que em face da reclassificação e da necessidade de retificação dos planos de trabalho, havia se defrontado com uma dificuldade insuperável em face do Regimento. Disse que o Departamento de Saúde e Aplicação não possui o número necessário de docentes para constituição de um Departamento, e, mesmo com as novas contratações, estaria muito longe do mínimo exigido pelo Departamento, dentro das normas regimentais. Disse que a providência adotada pelo Conselho Departamental, foi a de sugerir ao COCEP, para homologação, a fusão do Departamento de Ginástica, com o Departamento de Saúde e Aplicação, que passaria a denominar-se Departamento de Ginástica e Saúde. Disse salientar que não havia embasamento teórico para essa junção, que tanto poderia ser com o Departamento de Desportos, como com o Departamento de Ginástica. Mas

At. Du. Silva. B



125  
Cm

é simplesmente uma preocupação de caráter numérico regimental. Disse que a fusão desses dois departamentos permitiria a criação de um Departamento com um número - regimental. Disse que o único caminho seria esse e contava que fosse homologado - pelo COCEP. A presidência colocou em discussão o parecer do Prof. Silvino Joaquim Lopes Neto que fez o relato e pedido da Presidência da Comissão de Graduação. O parecer foi aprovado por unanimidade e sem restrições. Voltou a usar da palavra o Prof. Gastão Coelho Pirezzi Duarte que enfocou inicialmente os processos de números 3314, 3315 e 3316, todos do Departamento de Educação. Os candidatos são as Profs. Carmen Anselmi Duarte da Silva, Consuelo Azevedo Requião e Ceres Maria Torres Roberto. Disse que a Comissão considerou que, quanto às inscrições, os candidatos - atendem o que determinam as normas do Edital 1/75, publicado no D.O. de 25.5.76. - mas, no que se refere à constituição das Comissões Examinadoras, indicadas pelo - Departamento, atendendo a normas adotadas por este Egrégio Órgão, não tem a Comis - são elementos suficientes para aquilatar a titulação dos elementos docentes esco - lhidos pelo Departamento, com exceção da indicação feita do Prof. Alvacyr de Fa - ria Collares, que figura como suplente na Comissão Examinadora da área de Psicolo - gia da Educação. O Assunto foi submetido à consideração do COCEP, havendo o Prof. Gastão Duarte dito que absolutamente não estava pondo em dúvida a titulação dos docentes indicados para integrarem as Bancas Examinadoras, apenas, não instruiu o processo nenhum documento em que pudesse a Comissão de Concursos se alicerçar pa - ra formação de um juízo a respeito. O Prof. Paulo Osório usando da palavra, disse que se os professores indicados para integrarem as bancas examinadoras têm sua ti - tulação auferida em concurso que obedeceu às normas da legislação federal, nada há que impeça sua participação, mas, se por outro lado, essa titulação não obede - ceu às regras da legislação própria, não poderiam os mesmos fazer parte de Comis - sões Examinadoras na UFPel. Para isso, deveria ser baixado o processo ao Departe - mento de Educação, para que fossem adicionadas as informações que dirimissem as dúvidas. O Prof. Silvino Lopes Neto chamou a atenção de que estão sendo indicados docentes para integrarem as bancas examinadoras, que são auxiliares de ensino na Universidade Federal de Pelotas e, o fato de terem outra titulação em outras uni - versidades particulares, não determina que elas tenham deixado de ser auxiliares de ensino na nossa Universidade. Disse que achava que o COCEP devesse pautar sua orientação no sentido de realmente convidar as pessoas que objetivamente tivessem a titulação dentro dos, digo, da sistemática do ensino oficial, para desempenha - rem essa função, ficando o COCEP apóoberto de qualquer dificuldade ou arguição que pudesse ser feita mais tarde. O Prof. Paulo Osório disse estar de pleno acordo - com o ponto-de-vista do prof. Silvino. O Prof. Algenor Gomes disse achar que não pode a UFPel, por ser uma atitude desagregante, fazer com que o Departamento ofi - cial da UFPel, indagando como tal ou qual professor conseguiu sua titulação, achando difícil para a Universidade não aceitar esses professores nas Bancas Examinadoras. Disse o Prof. Silvino que a forma de não ser desagregante, é não convidar essas - professores para participarem de Bancas Examinadoras, pois tem pleno conhecimento que a maioria deles não tem sua titulação conseguida através concurso público de títulos e provas. Disse que a Escola Superior de Educação Física está indicando - diversos professores de fora, e de Universidades Federais para componentes de su - as Bancas Examinadoras, por não existir em Pelotas professores que se enquadrem - dentro das exigências da UFPel. Disse mais, que se a Universidade pretende fazer concursos de alto nível, deverá buscar para suas Bancas Examinadoras, pessoal tam - bém de alto nível, do ponto de vista universitário, e até como homenagem aos pró - prios candidatos, pois uma vez superado o concurso, este será, realmente, um dado importante em sua vida universitária. O Prof. Ernani Pinto da Silva Filho, disse que o Prof. Omer Schaffer, indicado para integrar Banca Examinadora, foi profes - sor, no ano que passou, dos cursos de pós-graduação da Universidade e se a Univer - sidade o reconheceu com a capacidade para tal, também poderia acolhe-lo em Banca Examinadora, pois já foi reconhecida no mesmo sua alta qualificação. Pela Univer - sidade. Foi posta em votação a proposição do Prof. Paulo Osório sendo aprovada.

*[Assinatura]*



126  
out

coltando a usar da palavra, o Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte enfocou o Proc. nº 3204, da Escola Superior de Educação Física. Candidato: Aux. de Ensino Mário José Bion. Parecer: Quanto à inscrição, atende as determinações do Edital nº 1/75. - Quanto à realização do concurso para a disciplina pretendida, como não há vaga - constante do referido Edital, pode o COCEP aprovar sua inscrição, ficando apenas - a dependência de vaga que será efetiva quando da publicação do próximo Edital de Concurso. Aprovado o parecer da Comissão. - Proc. 3238 - Departamento de Química - Orgânica do IIG. Candidato: Clóvis José Elias de Ávila. Aprovado. Proc. 3317 - Dep. de Química Orgânica do IIG. Candidato: Ademir Bonatto. Aprovado. Proc. 3193 do mesmo Departamento. Candidato: Leonir Birck. Aprovado. Proc. 3193 do mesmo Departamen - to. Candidato: Carlos Alberto Teixeira Petiz. Aprovado. Proc. 3284 do Departamen - to de Química Analítica e Inorgânica. Candidato: Morena Pinto Peters. Aprovado. - Proc. 3232 - Departamento de Economia e Finanças do Instituto de Ciências Humanas. Candidato: Joaquim José da Assumpção Osório. Aprovado. Proc. 3278 do Departamento de Estudos Brasileiros. Candidato: Gabriel Castro da Motta. A Comissão aprovou a inscrição do candidato e dois dos três integrantes da Banca Examinadora, trazendo a consideração do COCEP, a indicação do Prof. Ayrton Cardias Szechir, da UCPel, co - mo professor titular. Disse a Presidência que se configurava a mesma situação já - constatada anteriormente. Proc. 3305 do Departamento de Ciência Política. Candidato: Maria Helena Oliveira Barros Antunes. A inscrição e dois examinadores foram aprova - dos pela comissão e esta submete ao plenário a indicação do Prof. Aldo Lorenzoni - como condição de professor titular da Universidade Católica de Pelotas. O Prof. Ale - xandre Valério da Cunha disse que no caso do Prof. Aldo Lorenzoni, disse ter pleno conhecimento de q. o mesmo tem o título de Doutorado, havendo o Prof. Silvino Jo - gado Lopes Neto reduzido que inclusive o mesmo tem o título de Doutor, obtido na - Universidade Gregoriana de Roma. Foi o nome do mesmo aprovado pelo COCEP. Proc. nº 3290 do Departamento de Nutrição - Candidato: Ligia Xavier Goulart. Disse o Prof. Gastão - Duarte, que neste processo era trazido ao COCEP para homologação, pois pela neces - sidade imperiosa da candidata em viajar para o exterior, havia o Departamento solici - tado fosse o processo aprovado pela Presidência ad referendum do COCEP. Disse o - Prof. Vilma Vianna, que o Departamento da disciplina em concurso era o Departamen - to de Habitação e não de Nutrição conforme foi relatado. Aprovado. Proc. 3291. De - partamento de Matemática e Estatística, do Instituto de Física e Matemática. Candi - dato: Paulo Silveira Júnior. Aprovado. Proc. 3165 do Departamento de Desenho do - Instituto de Física e Matemática. Candidato: Armênio Costa da Rocha Grafulha. Apro - vado. Proc. 3290 do Departamento de Matemática e Estatística do IFM. Candidato: - Fernando Nova Cruz Díaz. Aprovado. Proc. 3358 do Departamento de Zoologia do Insti - tuto de Biologia. Candidato: Anemarie Rilling da Nova Cruz. Disse o Prof. Gastão - Duarte que, de acordo com o parecer da Comissão do Conselho Departamental, designa - mos relatar os processos, a mesma disse não ter condições de aquilatar o nível - a que se refere o curso de pós-graduação que habilita a candidata a se inscrever - no concurso de professor assistente, submetendo o assunto à consideração do COCEP. Disse o Prof. Gastão Duarte lhe parecer, salvo melhor juízo, que se o Curso de Pós - graduação em Ciências Agrárias está em pleno funcionamento, aprovado pelos órgãos - superiores da Universidade, obviamente, o Conselho Coordenador do Ensino e da Pesqui - sa que reconhecer a validade do título de Mestre expedido, mesmo que o proces - so de reconhecimento pelo CFE esteja em fase de tramitação mesmo porque, o reco - nhecimento de um curso de pós-graduação só se efetiva, após o mesmo estar funcio - nando em caráter experimental. A Comissão de Concursos opinou pela homologação do - pedido de inscrição da Aux. de Ensino Anemarie Rilling da Nova Cruz. O Conselho - aprovou a inscrição. Proc. 3189 do Departamento de Zoologia, do Instituto de Biolo - gia. Candidato: Fernando Luís Cáprio da Costa. Aprovado. Proc. 3357 do Departamen - to de Botânica do Instituto de Biologia. Candidato: Francisco de Jesus Verneti. -

At/du  
.....



127  
Gau

Proc. 3154 - Departamento de Botânica do Instituto de Biologia. Candidato: José Antonio Peters. Aprovado. Proc. 3359 - Departamento de Zoologia do IB. Candidato: - Maria da Graça Martins Roth. Aprovado. Proc. 3155 - Departamento de Botânica do IB. Candidato: Zulmar Moraes. Aprovado. Proc. 3192 - Departamento de Botânica do IB. - Candidato: Luiz Alberto Neto Madruga. Aprovado. Proc. 3312 - Departamento de Botânicos do IB. Candidato: Múriem Maggi Paiz Machado. Aprovado. Proc. 3039, Departamento de Fisiologia e Farmacologia. Candidato: Marilene Faria Alam, aprovado. Proc. - 3040 - Departamento de Fisiologia e Farmacologia do IB. Candidato: Maria Alice Mesquita Hipólito. Aprovado. Proc. 3041 - Departamento de Fisiologia e Farmacologia - Candidato: Denise Maria Moreira Azevedo. Aprovado. Proc. 3283 - Departamento de Fisiologia. Candidato: Alfredo Belazhauk. Aprovado. Proc. 3153 - Departamento de Microbiologia e Parasitologia. Candidato: Ari Banto Pinheiro. Aprovado. Proc. 3285, do Departamento de Microbiologia e Parasitologia. Candidato: Marta de Oliveira Teixeira. Aprovado. Proc. 3287 - Departamento de Microbiologia e Parasitologia. Candidato: Marta Harry Pereira. Aprovado. Proc. 2985 do Departamento de Microbiologia e Parasitologia. Candidato: Sucieli Ine Moreira Lara. Aprovado. Proc. 2728 do Departamento de Microbiologia e Parasitologia. Candidato: Francisco Carlos Faria. Aprovado. Proc. 3310 do Departamento de Microbiologia e Parasitologia. Candidato: José Antonio Mazza Leite. Aprovado. Proc. 3282 do Departamento de Botânicos. Candidato: Ney Fernandes Lopes. Aprovado. Proc. 3351 do Departamento de Morfologia. Candidato: Severo Ramos de Medeiros. Aprovado. Proc. 3246 do Departamento de Morfologia. Candidato: Maria Tereza Zanotta da Cruz. Aprovado. Proc. 3244 Departamento de Morfologia. Candidato: Yeda Moura da Silva. Aprovado. Proc. 3243 do Departamento de Morfologia. Candidato: Aldiva Lúcio. Aprovado. Proc. 2853 do Departamento de Morfologia. Candidato: Ari Dias Valente. Aprovado. Proc. 3289 do Departamento de Morfologia. Candidato: Taylor Quincoces Rosa. Aprovado. Proc. 3152 do Departamento de Morfologia. Candidato: Vicente de Paula Guarenti. Aprovado. Processos que estavam em poder de Comissão de Concursos referentes a concursos já realizados que devem ser apreciados para homologação: Proc. 2175 - Prof. Cirlecy Fonseca Benites - Disciplina de Odontopediatria. Concurso: Livre-Docência. Parecer da Comissão: Declarou habilitada, com a média geral 9,72. Em apreciação, foi homologada a decisão pelo Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa. Processo em que é requerente o Prof. - Paulo Crespo Ribeiro que submeteu-se a concurso na disciplina de Obstetrícia, com as provas referentes à Livre-Docência. O parecer final da Comissão foi por declarar o candidato habilitado, com a média final 9,35. Em apreciação, a decisão foi homologada pelo COCEP. Proc. 2840, em que a Aux. de Ensino Gilda Pinheiro Nunes, - submeteu-se a concurso para professor assistente, havendo o processo retornado à consideração do COCEP com ofício do Sr. Diretor da Faculdade de Agronomia, versado nos seguintes termos: " Senhor Presidente. A prova a que se refere o presente processo foi interrompida nas condições e pelos motivos apontados na ata nº 3, confirmada pelo ofício do Exmo. Sr. Presidente da Banca Examinadora. Tendo em vista a solicitação da candidata, confirmada pessoalmente, e ainda com base em igual solicitação pessoal do Senhor Chefe do Departamento de Fitotecnia, solicito o estudo e orientação dessa Presidência, no sentido de ser dada outra oportunidade à candidata, dentro do prazo estabelecido pela Portaria 1/75 da Superintendência Acadêmica. Ass) Prof. Guido Kaster." Informou o senhor Presidente da Comissão de Concursos, - que os motivos apontados na ata nº 3, para suspensão da prova, foram os de que a candidata, no decorrer da prova didática foi acometida de mal súbito. O Prof. Gastão Duarte disse que a candidata havia realizado a prova de títulos e acometida de mal súbito, foi obrigada a interromper a prova didática, não realizando, igualmente, a prova escrita. Trouxe, o assunto à consideração do COCEP, havendo o plenário, após discussão, acordado que a candidata deveria se inscrever, novamente, quando da publicação de novo Edital, já que o concurso foi suspenso e ficou encerrado. O Prof. Gastão Coelho Pires Duarte disse que face à vaga existente no Departamento,

*Alfredo Belazhauk*



128  
Jul

referente à desistência da candidata, era de opinião que a vaga fosse redistribuída, a fim de beneficiar outro docente do departamento que tivesse sido aprovado em outra disciplina e não houvesse sido promovido por haver ficado em segundo lugar. A Presidência entendeu que, como a vaga era do Departamento, poderia ser aproveitada para a promoção de outro candidato aprovado em qualquer disciplina do Departamento. A proposta da Presidência foi aprovada pelo Conselho. Proc. 2946 em que o Prof. Paulo Fernando Burlamaqui submeteu-se às provas para professor assistente, tendo a Comissão Examinadora, em seu parecer final declarado o candidato aprovado com a média geral 9,5. O COCEP homologou a decisão da Comissão Examinadora. Proc. 3355 em que o Prof. Flávio Luís da Cunha Gastal, que submeteu-se às provas para o cargo de Professor Assistente, teve seu concurso aprovado pela Comissão Examinadora, com a média final 9,8. Homologado pelo COCEP. Proc. 3248 - Concurso para Professor Assistente. Candidato: Narciso Islabão. O Parecer da Comissão Examinadora foi pela aprovação do candidato, que teve a média final 9,3. Homologado pelo COCEP. Proc. 3130 em que o Prof. Alberto Carlos de Souza Albuquerque Barros submeteu-se a concurso para professor assistente, havendo a Comissão Examinadora considerado o mesmo aprovado, com a média final 7,7. Homologado pelo COCEP. Proc. 3168. O Prof. José Viriato da Silva Faries submeteu-se a concurso para professor assistente, havendo sido aprovado pela Comissão Examinadora, com a média final 9,00. Homologado pelo COCEP. Disse o Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte, serem estes os processos que lhe cabia relatar como Presidente da Comissão de Concursos. A Presidência disse que juntamente com a convocação enviada para a sessão de hoje, havia sido enviada aos conselheiros, um guia para elaboração de projetos, no âmbito da extensão universitária, não sabendo se os senhores conselheiros já haviam firmado o juízo a respeito pela, digo, a respeito da proposta feita pela Sra. Presidente da Comissão de Extensão, Prof<sup>a</sup> Vilma Ávila Vianna, a fim de que o mesmo fosse colocado em apreciação pelo COCEP. O Conselho aprovou o anteprojeto de Guia para Elaboração de Projetos de Extensão Universitária, com a abstenção do Prof. Silvinho Joaquim Lopes Neto, que disse não haver formado juízo sobre o mesmo. O Prof. Paulo Assumpção Osório pediu a palavra, para fazer consulta sobre a interpretação da execução da prova escrita dos concursos para professor assistente. Disse que o artigo 249, § 1º diz: "Após o sorteio do ponto, o candidato terá o tempo máximo de seis horas para redação da prova que poderá ser manuscrita ou datilografada." Disse que alguns concursos, antes, digo, sorteado o ponto da prova escrita, a Comissão tem permitido que os candidatos utilizem a pesquisa bibliográfica e elaborem a prova escrita. Outras não permitem, devendo o candidato imediatamente após o sorteio do ponto, iniciar a prova, sem qualquer pesquisa bibliográfica. Disse consultar qual a situação certa. Disse o Prof. Alnegor, digo, Algenor da Silva Gomes, que em reunião prévia realizada na FAEM, ficou assentado que ficaria o critério da Banca, pois se um gráfico ou uma tabela apresentada pelo candidato for julgada pela Banca que servir, digo, servirá para um bom desenvolvimento da mesma, a Comissão Julgadora poderá aprovar ou rejeitar. O Prof. Silvino Lopes Neto usando da palavra, disse que não tem espírito formado a respeito, que possibilita a tomada de uma posição intransigente a respeito do assunto, mas lembrava que, como deve ser idéia do Prof. Paulo Osório, deveria haver uniformidade na Universidade a respeito do problema, achando que o COCEP deveria traçar a uma orientação que servisse para toda a Universidade, inclinando-se pela impossibilidade de concessão, por achar que a Universidade deve ser rigorosa na seleção de seus concursados. O Prof. Antonio Ernani Pinto da Silva propôs que fosse adotado o que já é adotado pela FAEM, permitindo-se uma hora para consulta prévia, pois o candidato que não souber a matéria, não será em uma hora que irá aprendê-la. Houve a intervenção de vários conselheiros que expuseram seus pontos de vista, não havendo o plenário firmado posição a respeito, permanecendo apenas como norma o que se encontra no Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas. A Presidência logo-

*Alfredo Gomes*



deu por encerrada a reunião, agradecendo o comparecimento de todos os conselheiros e congratulando-se com os novos professores assistentes que recém concluíram seus exames nas provas que foram realizadas. Para constar, eu, Paulo Machado de Oliveira, Secretário dos Conselhos, lavrei a presente ata que depois de aprovada se encontra devidamente assinada.-----

Paulo Machado de Oliveira